

Seminário FESPSP “Na Encruzilhada da Democracia: Instituições e
Informação em Tempo de Mudança”

24 e 28 de setembro de 2018

GT 2: Trabalho e Trabalhadores

Distribuição de renda como um problema sociológico: uma análise das classes médias no século XXI

Ederson Duda da Silva

Resumo: O presente projeto de mestrado tem como intuito analisar as metamorfoses do mercado de trabalho e as dinâmicas de apropriação e distribuição da renda nacional a fim de compreender as contradições e conflitos sociais advindos deste processo. Nosso objeto de estudo são as classes sociais, especificamente as classes médias, entre 2003 a 2016. Nossa abordagem metodológica é uma tentativa da utilização da interpretação dialética na sociologia, tal como desenvolvida por Marx (2008) e presente nos estudos de Fernandes (1972) e Cardoso (1962). Dentro do plano conceitual utilizar-se-á da leitura e análise de obras e artigos que tratam dos conceitos de classe social, classe média, estrutura e estratificação social assim como da distribuição da renda. Pretendemos com isso compreender as contribuições acerca do tema proporcionando um referencial teórico-metodológico que nos auxilie na discussão para o debate das classes médias brasileiras e o conflito distributivo. A opção pelo estudo do mercado de trabalho e do conflito distributivo através da análise sociológica das classes médias tem como intuito interpretar dialeticamente as contradições sociais desta dinâmica observando quem recebe e porque recebe o produto socialmente produzido. Os resultados da pesquisa serão analisados por meio do desenvolvimento de etapas diferentes de trabalho que giram entorno do aprofundamento da pesquisa bibliográfica, da análise crítica de dados estatísticos passando pela interpretação dialética dos processos histórico-sociais agrupados de forma qualitativa dentro da perspectiva sociológica.

Introdução/Justificativa

O presente projeto de pesquisa se dedica ao tema das classes sociais, especificamente ao estudo das classes médias no contexto brasileiro a partir dos anos 2000.

Objetiva-se empreender um estudo que procure analisar sociologicamente as metamorfoses do mercado de trabalho das classes médias assim como as contradições advindas do conflito distributivo entre os anos de 2003 a 2016, ou seja, o período Lula da Silva e Dilma Rousseff. Considerar-se-á no estudo a ser realizado os padrões estruturais que configuram a sociedade analisada, assim como sua dinâmica e os resultados de um conjunto de ações e inter-relações sociais desenvolvidas em condições histórico-sociais determinadas. Ou seja, a pesquisa visa como perspectiva a totalidade social concreta¹ resultante da interação entre as classes sociais brasileiras.

Assim, de modo específico, a pesquisa é uma tentativa de utilização da interpretação dialética na sociologia². A perspectiva dialética aqui anunciada pressupõe um olhar que privilegia não somente as relações causais, que possam recair sobre o objeto estudado, como, também pretende identificar as dinâmicas e contradições das transformações estruturais que nos possibilite interpretar tanto os padrões que regem a interação social quanto as condições e os efeitos de sua manifestação, descobrindo, deste modo, as determinações essenciais deste processo.

Ora, se por um lado podemos compreender a metamorfose das classes médias mediante estudo de dados quantitativos e modelos de estratificação social cujas séries podem determinar relações de causa e efeito das correlações, de outro modo, realizar uma interpretação dialética da dinâmica do mercado de trabalho e do conflito distributivo poderá contribuir de forma significativa para a compreensão sociológica da relação entre classes sociais e a distribuição/apropriação da renda socialmente produzida. Isto nos possibilitará uma análise mais qualitativa - ou seja, que não se limite a análises mecanicistas ou deterministas - que encontra nas próprias contradições do real e nos fatores histórico-sociais efetivos, tal como nas categorias não definidas empiricamente às metamorfoses das classes médias. Nosso intuito, portanto, é o de

¹ Conforme Cardoso “O conceito de totalidade não se refere, ou pelo menos não se resume, na dialética, à reprodução de todas as condições, fatores, mecanismo e efeitos sociais que interferem na produção de um fenômeno, processo ou situação social. Na explicação dialética o conceito de totalidade é utilizado como um recurso interpretativo pelo qual se visa compreender [...] não a *identidade*, o padrão de invariância, mas as diferenças de uma unidade, tal como são engendradas numa totalidade determinada” (1962, p. 10).

² Nossas referências do uso da interpretação dialética na sociologia são os estudos desenvolvimento por Fernandes (1972), Cardoso (1962), tal como o método desenvolvido por Marx (2008).

responder a tal pergunta: como tais contradições se traduzem em lutas de classe e em quais circunstâncias e meios estas contradições sistêmicas se traduzem em conflitos políticos?

Para cumprir tal empreitada nos apoiaremos na interpretação dialética por entendermos que tal método pode cumprir um papel muito importante na investigação do problema. Podemos dizer que a operacionalidade da interpretação dialética se manifesta em dois planos: o objeto concreto e a representação conceitual. Isto resulta no que Marx (2008) categorizou como *determinações gerais* e *determinações particulares*, onde na relação entre os dois planos a dialética age diretamente esclarecendo as conexões mútuas que os determina como uma unidade antagônica, no entanto, integrados.

No método dialético o sentido da ação social dos sujeitos socialmente determinados é interpretado revelando-nos tanto os processos sociais emergentes assim como os processos sociais objetivados em formas já estabelecidas. Isso nos possibilita compreender determinado fenômeno social tanto como resultados da ação humana criadora quanto resultado da ação humana anterior constituída enquanto repertórios³. Assim os processos de mudança social são resultados da própria ação humana concreta, mediada tanto pela dinâmica da sociedade como pelas contradições do capitalismo e as instituições sociais. Assim, as transformações estruturais são decorrentes da ação humana (por meio da inovação criadora ou dos repertórios já estipulados) e das contradições que se formam no interior de determinada estrutura social, que tem como intuito transformar ou manter determinada estrutura social ou de poder.

Adiante buscaremos descrever melhor o que até aqui foi anunciado, bem como relacionar essa preposição à discussão teórica pertinente ao objeto de pesquisa realizando a revisão da literatura sobre o tema de forma a melhor ampararmos nossa problematização.

Para compreendermos o processo de estratificação social, enquanto processo estrutural se faz necessário analisar tanto o modo pela qual uma sociedade determinada se estratifica tal como a maneira pela qual os indivíduos se reproduzem socialmente. Compreendemos que o modo pelo qual o indivíduo se reproduz socialmente está

³ Entendemos que o uso de *repertório*, conceito desenvolvido por Tilly (2008; 2010), seja propício, dentro da análise sociológica, no sentido de demonstrar as características sociais de determinado grupo (classe) enquanto construções históricas determinadas voltadas para a mobilização e a ação política.

diretamente ligado ao modo pela qual estão organizados a produção econômica e o poder político. No primeiro caso é preciso analisar como ocorre a repartição do que se é produzido, ou seja, do produto econômico, que está na base da estrutura social. A sua transformação ou manutenção, a maneira como se organiza determinada sociedade, está diretamente ligada ao modo que está organizado sua estrutura de poder. Portanto, não podemos compreender a estrutura social (e seus mecanismos de exploração) sem analisarmos o processo de estratificação social (e seus mecanismos de dominação). Para tal é preciso examinar as dinâmicas pelas quais se organizam as estruturas de apropriação da riqueza socialmente produzida em determinado contexto histórico-social, assim como as contradições advindas deste processo.

Nossa hipótese inicial é a de que as metamorfoses do mercado de trabalho, no que diz respeito a sua determinação sócio-ocupacional, tal como a distribuição do produto econômico nos anos 2000 teve impacto negativo em setores das classes médias. Explicamos: por um lado com o fim do compromisso fordista e a abertura comercial e financeira, assim como a reestruturação produtiva e as privatizações das empresas estatais, as ocupações das classes médias passam por um processo de “encolhimento” no final dos anos 90 e início dos anos 2000 (QUADROS, 2007), dificultando o “padrão de vida de classe média”; de outro lado os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), principalmente o primeiro e o segundo Lula da Silva, a partir da economia política social-desenvolvimentista⁴, possibilitou a melhora do mercado de trabalho e a volta da mobilidade social ascendente. Entretanto a distribuição da riqueza produzida neste período, principalmente através de programas sociais e políticas públicas setorizadas, beneficiou principalmente o topo da pirâmide, ou os 10% mais ricos, e a base da pirâmide social, ou os 40% mais pobres. Ora, os outros 50% que compõe o estrato social, que aqui podemos classificar como classes médias tiveram apenas ganhos econômicos relativos, o que não quer dizer, entretanto, que estes setores não foram beneficiados economicamente neste período. E isso cabe-nos investigar.

Entendemos que a análise do mercado de trabalho e da distribuição da renda poderá nos auxiliar na interpretação sociológica da dinâmica social do contexto histórico escolhido. Entendemos que a relação capital-trabalho (relação de exploração) continua sendo crucial para a análise do conflito distributivo. Porém, em contexto de um capitalismo extremamente desigual com forte concentração da riqueza, acreditamos que

⁴ Ver Pedro Paulo Bastos (2012).

o objetivo hoje é explicar *quem recebe e porque recebe* o produto socialmente produzido⁵, assim como as contradições sociais de tal processo.

A opção pelo estudo sociológico do conflito distributivo através da análise da atuação das classes médias se dá por dois fatores: i) quando observamos as pesquisas sobre a distribuição da renda o que se nota é que estes estão mais voltados para a compreensão da razão/relação entre o topo (1%, 5% e 10% mais ricos) e a base da pirâmide social (10%, 20% e 40% mais pobres), o que não corresponde necessariamente à investigação da participação na apropriação da renda pelas classes médias. Com isso sabemos pouco sobre as dinâmicas da relação da desigualdade/apropriação da renda dos setores das classes médias com as outras classes sociais; ii) ao analisarmos o perfil sócio-econômico dos manifestantes que estiveram presente nos atos pelo impedimento de Dilma Rousseff, tanto a favor como contra⁶, fica claro o teor classe média dos protestos, o que, por si só, já nos levaria a investigar possíveis acontecimento em determinado período histórico que levassem esta classe as ruas de forma reivindicativa e contestatória⁷. Claro que setores populares estiveram presentes, mas foi o grosso das classes médias que protagonizaram os maiores protestos de rua da história brasileira⁸. Deste modo, as classes médias não podem ser vistas como um setor pequeno⁹ ou pouco irrelevante social e politicamente, pois elas também possuem veto político.

Foi Thomas Piketty (2015), em seu livro *O Capital no Século XXI*, que trouxe de volta a arena acadêmica, o estudo sobre a desigualdade e a distribuição da renda/riqueza, que, de certa forma, tinha sido negligenciado nas análises sobre as

⁵ Quando falamos do “produto socialmente produzido” advindo da apropriação da renda nacional não estamos pensando ou limitando o tema apenas a questão econômica, pois, acreditamos que dentro da perspectiva sociológica a análise do conflito distributivo deve compreender os impactos simbólicos e de distinção social que estão atrelados a este processo.

⁶ Ver Ortellado e Solano (2016).

⁷ Descartamos, pelo menos inicialmente, que o fator moral/ético (luta conta a corrupção) seja a principal preocupação destes setores; ao mesmo tempo, o conflito distributivo não pode ser visto como uma relação causa/efeito determinante geral, mas sim como um fator que deve ser analisado dentro da totalidade analítica deste processo.

⁸ Segundo pesquisa realizada pelo Datafolha, o protesto pró-impedimento do dia 13 de março de 2015 levou mais de 500 mil pessoas a Av. Paulista, tornando-se o maior ato político já registrado na história brasileira. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749528-protesto-na-av-paulista-e-o-maior-ato-politico-ja-registrado-em-sao-paulo.shtml>>. Último acesso em 26/03/2018.

⁹ Em estudo realizado por Cardoso e Préteceille (2017), que buscou compreender a mobilidade social brasileira através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), traduzida numa adaptação para o Brasil das Categorias Socioprofissionais francesas, demonstrou que as classes médias tiveram um crescimento de 15,6% no curso de treze anos analisados.

transformações do capitalismo. O feito maior de Piketty foi o de ter desenvolvido técnicas estatísticas por meio da análise do Imposto de Renda (IR) possibilitando rastrear a concentração de renda e riqueza dentro de uma série histórica, que no caso da França vai até o século 18.

Para Piketty a desigualdade no século XXI estaria assumindo um padrão inédito. Uma das motivações para o aumento crescente da desigualdade estaria na ênfase da razão capital/renda, principalmente no que diz respeito à acumulação e distribuição da riqueza. Entretanto, tal tendência explicaria o contexto europeu, já que no caso dos EUA a razão poderia ser encontrada na explosão dos supersalários dos superexecutivos. Nossa hipótese é a de que no Brasil a desigualdade pode ser explicada por ambas as razões, ou melhor ainda, combinando-as. Ou seja, a desigualdade aqui seria determinada tanto pelo conflito distributivo advindo da disputa pela apropriação do produto economicamente produzido como pela constituição, principalmente com o pós-fordismo, dos superexecutivos e seus supersalários.

Poderíamos dizer, segundo leitura de Piketty (2015), que as desigualdades de renda, assim como as disparidades socioeconômicas entre grupos sociais de uma determinada sociedade são constituídas historicamente e fazem parte das disputas concretas de sujeitos concretos – de maneira direta, são frutos de escolhas políticas. Sua análise, assim, deve considerar a *totalidade* do seu processo, pois só desta forma seria possível compreender tanto a história quanto à dinâmica da distribuição da renda. Há aqui, pois, um fenômeno que no caso brasileiro é na verdade uma tendência (estrutural e estruturante), e acreditamos que sua interpretação dialoga com a investigação do conflito de classes sociais no Brasil recente.

Assim sendo, buscaremos uma aproximação teórico-metodológica da relação entre mercado de trabalho e desigualdade da renda por meio de uma interpretação dialética com o intuito de compreendermos as dinâmicas de classes sociais, especificamente das classes médias nos anos 2000. Tal relação, de certo modo, poderia nos aproximar da teoria econômica. Por mais que nossa meta seja realizar uma análise sociológica da relação classe social–distribuição da renda a partir da relação mercado de trabalho–apropriação do produto econômico, entendemos que não faz o menor sentido as ciências sociais atuarem como universos paralelos, pois a análise dos processos históricos e econômicos, assim como o papel do Estado e de outras instituições sociais só acrescentaria na percepção desta dinâmica social em sua totalidade.

Dito isto, cabe-nos, agora, caracterizar tanto o conceito de “classe social” quanto o de “classe média” que pretendemos utilizar em nossa abordagem.

O advento do neoliberalismo e as novas relações de trabalho, baseadas na empregabilidade, empreendedorismo e alto nível de terceirização¹⁰, tal como os novos movimentos sociais¹¹ colocaram em questão um tema tão caro para a Sociologia, a saber: a relação entre capital x trabalho. Para alguns o estudo das classes sociais teria se tornado apenas uma simples convenção linguística e classificatória, onde a divisão social do trabalho e as classes não passariam de um dado, um pressuposto opaco do real¹². Entretanto, classe social é inerente ao modelo capitalista de produção por ser um modelo que produz seus próprios antagonismos. Afirmar o fim da sociedade de classes na história do capitalismo é também uma ação ideológica, e sua finalidade é camuflar e esconder os reais mecanismos que afetam diretamente a vida das pessoas, perpetuando sociedades com extremas desigualdades de renda e poder.

A Sociologia tem encontrado dificuldades na categorização conceitual, na análise e na interpretação das classes sociais nesta nova fase do capitalismo. O neoliberalismo com a reorganização produtiva do espaço econômico, político, social e cultural¹³ não extinguiu a estrutura e as relações de classes. Estas ainda estão presentes, mas foram e são absorvidas pelo modelo de capitalismo financeirizado e flexível, perdendo, deste modo, seu sentido histórico. Entretanto isso não quer dizer que o capitalismo não produza relações, tensões e conflitos de classe. A questão está no fato de que estas novas contradições por vezes são típicas da financeirização do capitalismo e, portanto, não podem ser analisadas com as ferramentas utilizadas para a compreensão da sociedade de classes do tipo fordista.

Devemos entender que as classes sociais impactam tanto as relações macrossociais quanto microssociais. A esfera da produção, privilegiada na análise

¹⁰ Acerca deste debate, ver: Robert Castel (2003); André Gorz (2007); Ricardo Antunes (2002); Ricardo Antunes e Ruy Braga (2009); Richard Sennett (2004) et al.

¹¹ Sobre classes sociais e os novos movimentos sociais ver: Klaus Eder (2001, 2002); Alain Touraine (1989); Santiane A. Ribeiro (2011).

¹² Com o fim do período fordista e a hegemonia industrial e o advento do setor de serviços a teoria das classes sociais foi criticada, alguns chegando a decretar o seu “fim” (Gorz, 2007). Sobre o debate do “fim das classes sociais”, especificamente no debate da Sociologia brasileira ver: Henrique Amorim (2014).

¹³ Sobre a nova racionalidade do capitalismo, ver: Dardot e Laval (2015).

marxista, e que se encontra enquadrada nas condições macrosociológicas, busca localizar os agentes sociais dentro das relações de produção de um sistema econômico. Aqui o que interessa saber é como ocorre à distribuição de recursos produzidos em uma dada sociedade, assim como a influência da estrutura econômica no comportamento de grupos sociais e instituições. Já numa visão micro, deve-se compreender a influência das classes sociais sobre as ações dos indivíduos, ou seja: os interesses individuais e as relações materiais na produção, a percepção da subjetividade nas situações de classe, a formação de organizações solidárias. Deste modo, podemos dizer que na análise de relações de classes devemos compreender tanto as estruturas, como a consciência, a formação, as diferentes origens, as trajetórias e a solidariedade para entendermos a luta de classes. Pois, como diz Poulantzas (1978, p. 14), “as classes implicam em um e mesmo processo tanto as contradições de classe como a luta de classe; as classes sociais não existem a princípio em si e só depois entram na luta de classes. As classes sociais coincidem com as atitudes de classe, isto é, luta de classes, e só são definidas em sua oposição mútua”.

O conceito de classes sociais na teoria marxista tem como característica central as categorias econômicas de um dado modelo de produção. Este modo de produção, entretanto, não pode ser visto como estanque ou fechado em si mesmo, pois ele está associado a outros determinantes sócio-econômicos, políticos, ideológicos e culturais. As classes se definem em termos de relações de propriedade e de suas localizações estruturalmente determinadas, formando categorias de grupos sociais que estão situados dentro da dinâmica exploradores x explorados / dominadores x dominados.

Para Erik Olin Wright (2015) é o conceito de exploração que torna a análise marxista de classe distinta de outras¹⁴. Nela está ancorada uma agenda específica de interdependências dos interesses materiais dos grupos e indivíduos nas dinâmicas sociais.¹⁵ A exploração é “um diagnóstico do processo pelo qual as desigualdades são geradas pelas desigualdades de direitos e poderes sobre os recursos de produção”

¹⁴ Por exemplo, a weberiana.

¹⁵ Wright (2015) nos apresenta uma formulação de classes na qual a conexão entre produção e troca (mercado) são ambas privilegiadas. Isso nos permite pensar o conflito de classes para além das relações de produção, passando a considerar também o âmbito da distribuição e a articulação entre as duas. Em seu modelo tanto o conceito de exploração como o de dominação, são fundamentais na análise das relações de classes. O conceito de exploração nos auxilia a compreender as interdependências de interesses antagônicos que define uma estrutura social determinada.

(WRIGHT, 2015, p. 38). As desigualdades ocorrem devido à maneira pela qual os exploradores “em virtude de seus direitos e poderes exclusivos sobre os recursos” produzidos “são capazes de se apropriar do excedente gerado pelo esforço dos explorados” (WRIGHT, 2015, p. 38). Já a dominação diz respeito às “relações sociais nas quais as atividades de uma pessoa são dirigidas e controladas por outra” (WRIGHT, 2015, p. 38). A dominação ocorre como princípio de exclusão, na relação de “posse” e apropriação tanto da renda como do esforço do trabalho dos explorados mediante subordinação. As dinâmicas de exploração/dominação¹⁶ constituem as relações sociais pelo simples fato de opor, num mesmo campo de ação, os interesses de uma classe (grupos, camadas, frações) a de outra.

Na concepção marxista as relações de classe compreendem o conflito como sendo “gerado por *características inerentes a essas relações*¹⁷ e não por simples fatores contingentes” (WRIGHT, 2015, p. 43, grifo do autor). A luta de classes “é intrinsecamente um processo de transformação de estruturas” onde “o próprio processo que estabelece os limites à luta de classes é ao mesmo tempo transformado” (WRIGHT, 1981, p. 14) por ela. Portanto, as classes sociais são forças sociais que transformam as estruturas sociais mediante contradições específicas, que por sua vez geram novas contradições entre estruturas sociais.

O desafio das análises de classe na contemporaneidade é o de conseguir construir formulações de caráter geral que consigam dar conta da complexidade que é interpretar as relações de classes no capitalismo financeirizado. Se não podemos perder de vista na análise de classes a categoria de exploração, a esta deve ser incorporada a categoria de dominação, que poderá nos ajudar a entender a vida social e a constituição das classes e suas identidades hoje, levando em conta os aspectos histórico-sociais da constituição do capitalismo e suas metamorfoses em situações concretas¹⁸.

¹⁶ Cabe salientar, também, que na dinâmica da exploração/dominação os sujeitos envolvidos neste processo são sujeitos determinados. Ora, numa sociedade patriarcal e racializada, que foi colonizada e manteve a escravatura por mais de três séculos, à análise da relação de exploração/dominação deve ser atribuído a *noção de pessoa* (MAUSS, 2003) no sentido de caracterizarmos que *corpo* é explorado/dominado (vice-versa), tal como a *noção de colonialidade do poder* (QUIJANO, 2005), no sentido de compreendermos a relação entre *colonizador* e *colono* (CALLIGARIS, 2017).

¹⁷ Grifo do autor.

¹⁸ Sallum Jr. (2005) buscando analisar o vínculo problemático entre classe social e política realiza um estudo que tem como intuito uma aproximação do *habitus*, conceito elaborado por Bourdieu, e contradição sistêmica, elaborado por Marx. Para Sallum Jr. a “perspectiva de Marx corrige a de Bourdieu [...] por sublinhar que o capitalismo é um *sistema*” que produz suas contradições, e são estas contradições que produzem a experiência de classe. Ao mesmo tempo, o “*habitus* de classe permite superar a ideia,

Já o conceito de classe média na análise marxista é fruto de grandes debates e por vezes acaba gerando grandes incômodos. Isto porque, para Marx, as camadas médias, como os comerciantes, artesãos, profissionais liberais assim como a pequena burguesia rural e urbana (presentes principalmente no século XIX) seriam classes em transição, desaparecendo com o tempo e fortalecendo a polarização entre as duas principais classes: burguesia e proletariado. Entretanto as diversas formas de assalariamento que se desenvolveram durante o século XX fez com que surgissem estudos que demonstrassem que o capitalismo estava caminhando por um destino diferente daquele apresentado por Marx¹⁹. O número crescente de assalariados não manuais e intelectuais das áreas técnicas administrativas, burocratas e tecnocratas, passariam a compor e formar, mesmo que de forma complexa, as classes médias²⁰. Por configurar relações distintas daquela pequena burguesia tradicional, principalmente devido ao seu assalariamento, passou-se a debater se o que estava acontecendo no capitalismo do século XX eram o aumento da classe trabalhadora ou o surgimento de uma “nova classe”. Enquanto os críticos de Marx sustentavam o aparecimento e crescimento de uma nova classe média²¹ baseada numa sociedade pós-industrial, a produção marxista rebatia tal abordagem denunciando o conceito de classe média como um vislumbre liberal, que tinha como consequência negar a luta de classes²² (CAVALCANTE, 2012).

Para Sávio Cavalcante “a posição incômoda das classes médias na produção marxista se explica pelo fato de existirem certas lacunas na obra de Marx” (2012, p. 17), que estariam no âmbito da estrutura necessária para organizar os processos de trabalho.

presente no marxismo, de ‘classe em si’, sublinhando a relevância da perspectiva (prática e simbólica) dos explorados e dominados ainda que ela não seja elaborada reflexivamente e que eles não estejam revolucionando o sistema” (p. 38).

¹⁹ Ou seja, ao invés do aumento relativo e absoluto dos proletários e a subsequente radicalização entre as duas classes determinantes e determinadas (burguesia x proletariado), o que se observou no desenvolvimento do capitalismo foi o aumento de integrantes dos estratos intermediários da estrutura social.

²⁰ Estes se caracterizavam por não serem nem proprietários dos meios de produção nem operários manuais industriais.

²¹ Os trabalhos críticos mais expressivos sobre a nova classe média podem ser vistos em: Charles Wright Mills (1969) e David Lockwood (1962).

²² Para Harry Braverman (2012) o aumento de setores intermediários assalariados configurava um crescimento da classe trabalhadora; Nico Poulantzas (1978) também crítica à classificação desses setores como “classe média”, mas nega que a ideia de crescimento da classe trabalhadora, passando a denominá-los como “nova pequena burguesia” que seria marcada pelo trabalho não manual e intelectual..

Assim o problema das “classes médias” na teoria marxista se daria mais pela “ausência de desenvolvimento de alguns problemas teóricos” (CAVALCANTE, 2012, p. 17) que se apresentam enquanto problema de investigação.

Cavalcante volta-se para a investigação da obra de Marx com o intuito de desenvolver uma proposta “segundo a qual é preciso identificar as funções sociais específicas do modo de produção capitalista antes de proceder a uma análise das classes sociais” (CAVALCANTE, 2012, p. 17). Como consequência é preciso “reconhecer que a contradição entre função do trabalho e função do capital (esquema bipolar) não gera, necessariamente, duas classes ‘puras’, uma somente com exploradores e outra com explorados”, sendo “possível compatibilizar a tendência de polarização entre capital e trabalho apresentada por Marx” onde não necessariamente as duas “classes homogêneas e completamente opostas sejam o único resultado possível dessa contradição” (CAVALCANTE, 2012, p. 17).

Com isso o próprio conceito de “classe social” não perde sua importância de investigação analítica e o uso do conceito de classes médias tem como função compreender as metamorfoses do capitalismo contemporâneo e as distintas situações de classe assim como os posicionamentos específicos dos agentes sociais e como eles se relacionam com o modo de produção capitalista em determinada situação concreta. É preciso compreender as classes médias como uma classe que se articula social e politicamente e têm uma função no modelo capitalista de produção. É preciso entender ainda as configurações sociais desta classe não apenas enquanto resquícios de formas sociais anteriores que estariam em desaparecimento (CAVALCANTE, 2012), mas a partir das dinâmicas próprias do capitalismo contemporâneo e na sua lógica de exploração/dominação e da acumulação/apropriação do capital.

O uso no plural do conceito de “classes médias”, como aponta Cavalcante (2012), nos é útil tanto para distinguir do conceito clássico de classe social que diz respeito à pequena burguesia, quanto ao fato de que ao usarmos “classes médias” estamos tratando de um conjunto de situações de classe que se inserem de maneira particular no modo de produção capitalista; o que por sua vez exige novos estudos investigativos de interpretação teórico-metodológica tanto sobre o modelo de capitalismo contemporâneo quanto sobre a estrutura de classes e da estratificação social.

No Brasil os estudos sobre as classes médias surgem no final dos anos 1970 e se fortalecem a partir dos anos 1990, o que possibilitou a formação de um campo de

estudos sobre o tema nos anos seguintes. Um dos primeiros estudos relevantes sobre a classe média é a pesquisa de Saes (1975), que analisa a formação e a atuação política desta classe na Primeira República. Quadros (1985; 1991) dentro da tradição dos estudos sócio-ocupacionais elaborados por Wright Mills buscou compreender a “nova classe média brasileira” e sua expansão nos anos 1960 e 70. A pesquisa de Oliveira (1987) procurou reorganizar os estudos sobre as classes médias dentro do campo marxista delimitando as relações das classes médias com as demais classes a partir da formação de sua identidade; já as pesquisas de Santos (2002; 2009) e Hasenbalg e Silva (2003) voltam-se para a compreensão dos estratos médios a partir da raça ou cor; novos estudos sobre mobilidade social, sindicalismo e as classes médias ganham destaque com Ribeiro e Scalon (2001) e Boito Jr. (2004); Lima (2008) realiza pesquisas sobre os estratos médios emergentes e privilégios.

Nos anos 2000 o debate sobre as classes médias ganha ainda mais repercussão devido à mobilidade social presenciada neste período. Os estudos que ganharam destaque foram os que orbitaram em torno da discussão sobre a “nova classe média” brasileira, formulada principalmente por Neri (2008 e 2010), mobilizando pesquisadores de áreas distintas no intuito de validar ou não tal tese²³.

Aqui, cabe-nos amarrar o conceito de classe social e o conflito distributivo. A concentração da renda e alto nível da desigualdade social no Brasil estão presentes em vários estudos²⁴. Entretanto na análise das classes sociais que disputam a apropriação da riqueza produzida nos anos 2000, assim como do fenômeno da concentração/distribuição, cabem algumas observações.

Primeiramente os estudos sobre os impactos sociais da distribuição/apropriação do produto econômico produzido socialmente nas dinâmicas das relações de classes são pouco discutidos entre os Sociólogos, ficando, normalmente, a cargo dos Economistas. Como consequência acaba-se gerando mais resultados quantitativos em busca de solucionar os problemas econômicos em detrimento de pensar e problematizar qualitativamente as questões sociais advindas deste modelo concentrador de renda que gera altos níveis de desigualdades. É relativamente claro que a melhora no mercado de

²³ Sobre as ramificações do debate, ver: Souza e Lamounier (2010); Souza (2010); Pochmann (2010 e 2012); Braga (2012) et al.

²⁴ Ver o debate em: Medeiros, Ferreira de Souza & Castro (2015); Ferreira de Souza (2016); Milá (2015) sobre a concentração da renda. Santos (2002 e 2015) sobre a desigualdade social.

trabalho pode gerar melhoras nas condições de vida através da distribuição direta/indireta da renda produzida. Entretanto existem mecanismos peculiares que devem ser observados na dinâmica da mobilidade social e nas mudanças na estrutura ocupacional brasileira que dizem respeito ao fato da forte concentração da renda ser algo estrutural e estruturalmente determinante nas dinâmicas sociais e de poder. O Estado, neste ponto, passa a ter papel fundamental tanto na organização ocupacional quanto da distribuição da renda, pois, como já dito, esta é antes uma decisão política.

Como demonstrados nos estudos realizados por Pochmann (2012), Singer (2012) e Quadros (2010; 2015) a mobilidade social nos anos 2000 foi significativa, o que permitiu transformações na estrutura de classes. O Brasil do século XXI chegou a circular como a 6ª maior economia do mundo, ou seja, sua acumulação capitalística estava a vento e popa. O “ornitorrinco” (OLIVEIRA, 2003), apesar de uma “evolução truncada”, tornou-se evolução completa. O país, mesmo com sua heterogeneidade estrutural, deve ser visto, deste modo, como uma economia moderna, uma economia que concluiu seu ciclo, que possui grandes empresas estatais e privadas de reconhecimento mundial. Assim, o problema do Brasil não é necessariamente sua modernização econômica ou sua acumulação capitalista²⁵. Pois apesar de completa sua “evolução” o país se apresenta “truncado”.

Segundo relatório da Oxfam²⁶, em 2017 5% mais ricos detinham 95% da renda nacional e as seis maiores riquezas são iguais à metade da população brasileira. Se for certo afirmar que a riqueza do país aumentou podemos também dizer que a desigualdade da riqueza cresceu. Ao mesmo tempo em que possui uma forte base de acumulação a sociedade brasileira mantém-se desigual.

Quando nos debruçamos sobre os dados elaborados por Marc Milá (2015) observa-se que entre 2001 a 2015 os 10% mais ricos da população brasileira aumentaram sua apropriação na renda nacional em 1%, passando de 54% para 55%, enquanto os 50% mais pobres ampliaram sua participação também em 1%, saindo de 11% para 12%. Contrariamente a este fato os estratos intermediários tiveram redução de

²⁵ Segundo a revista Forbes, em 2017 o número de bilionário brasileiros chegou à incrível marca de 170.

²⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/01/1952267-cinco-ultrarricos-tem-riqueza-igual-a-metade-do-brasil-aponta-relatorio.shtml?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compfb>. Acesso em: 22/03/2018.

2% na apropriação da renda, caindo de 34% para 32%. Ou seja, as classes médias, por mais que tivessem benefícios indiretos, tiveram perdas econômicas relativas, por vezes, substanciais.

Sociologicamente devemos nos ater para os resultados econômicos de determinado período histórico a fim de investigarmos as transformações de tipo estrutural que impactam diretamente as relações entre renda/consumo e de poder da estrutura social²⁷. Acreditamos que compreender as contradições surgidas a partir do conflito distributivo decorrente dos últimos anos é de extrema necessidade para entendermos os fatores que nos levam a alta concentração da renda, como as dificuldades da implementação de políticas públicas de transferência/distribuição da riqueza produzida, assim como o papel de determinada classe nesta relação.

Como já dito, as classes médias possuem heterogeneidades estruturalmente determinadas e são relativamente numerosas em nossa sociedade. Não podemos compreendê-las como um corpo único. Por se tratar de uma camada intermediária e que não possui determinação própria ela atua por vezes mais próxima à burguesia outras vezes ao proletariado. Com isso seu comportamento se torna flutuante e variável. Mas isso não faz com que ela não tenha interesses próprios. São esses interesses próprios de sobrevivência, curto-prazista, contraditórios e por vezes movidos pela ideologia meritocrática²⁸ que devemos nos ater.

Acreditamos, inicialmente, que as classes médias brasileiras por não terem em sua constituição originária laços e traços da pequena burguesia proprietária, sendo ela antes, como busca demonstrar Saes (1975), fruto das relações da oligarquia agricultora com o Estado (relações estas muitas vezes familiares), acabaram constituindo outras formas de sociabilidade e o “culto à meritocracia”. O sucesso profissional, econômico e social para setores desta classe deve exalar daqueles cuja capacidade de ascensão social se revele independentemente da sua classe social originária. De forma inversa, o que

²⁷ Ou seja, devemos investigar as transformações que modificam a configuração de determinada sociedade e que dependem da atuação das forças sociais, econômicas e políticas em disputa nas suas relações dinâmicas.

²⁸ Utilizamos aqui o conceito de *ideologia meritocrática* no sentido utilizado e desenvolvido tanto por Saes (1978) quanto por Boito Jr. (2004). Para Saes esta ideologia é fundamental para distinguirmos as classes médias da pequena burguesia tradicional, pois, enquanto esta valoriza a propriedade privada aquelas buscam a valorização por meio do mérito individual e do saber técnico através do trabalho intelectual. Já para Boito Jr. o conceito é essencial para a compreensão tanto do comportamento quanto das determinações das atitudes dos trabalhadores das classes médias.

setores das classes médias objetivam é a promoção da ideologia meritocrática buscando demonstrar para a sociedade, e principalmente para a classe capitalista, que elas, enquanto detentoras dos postos de trabalhos não manuais conseguiram ocupar estes lugares através do “mérito próprio”, por meio dos estudos e das boas avaliações nas provas e concursos – valorizando o esforço intelectual. Isso funciona ao mesmo tempo em que responsabilizam aqueles indivíduos (principalmente das classes trabalhadoras) por não conseguirem melhorar de vida pelo “mérito”. Setores da classe média não têm interesse que as chances de vida econômica, profissional e social fiquem nas mãos dos estratos mais baixos, pois isto acarretaria a diminuição das chances da sua própria classe.

O Estado passa a ser uma instituição fundamental neste processo. As políticas públicas e os programas sociais de distribuição e transferência de renda levaram as contradições de classe ao seu limite. Ao possibilitar principalmente que as classes populares ascendessem socialmente, modificando tanto a estrutura sócio ocupacional quanto à estrutura social, fez com que os mais pobres se aproximem do modo de vida das classes médias. Porém tal processo não ocorreria pelo “mérito próprio”²⁹ desses sujeitos, mas devido ao “assistencialismo do Estado”.

Ora, classe social, estrutura social e distribuição da renda passam a se articular nas dinâmicas de exploração e dominação de forma muito sintomáticas. E investigar a ideologia meritocrática imbuída nas classes médias poderá ser fundamental para compreendermos este processo, pois ela age por meio de práticas e repertórios de ações coletivas envolta de questões concretas e simbólicas. Caber-nos-á, portanto, buscar relacionar tais processos.

Desse modo, devemos nos perguntar quais os impactos significativos da política econômica e social dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2016) na reprodução social das classes médias? Nossa hipótese sugere que as transformações sócio-econômicas, tal como as metamorfoses no mercado de trabalho das classes médias juntamente com as dinâmicas da apropriação-distribuição da renda durante os anos 2000

²⁹ Para setores das classes médias a ascensão dos mais pobres poderia estar associada ao que Ortellado (2017) compreendeu como “Furar a fila”. Ou seja, o que estaria acontecendo é que o Estado, através das políticas públicas, estaria “facilitando” a vida de uns em detrimento de outros, fazendo com que estes “furassem a fila” da meritocracia. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2017/08/1913912-nova-direita-critica-politicas-que-furam-a-fila.shtml>>. Último acesso em: 27/06/2018.

impactaram de forma significativa o “mundo das classes médias”. Daí, pois, que nossa proposta de estudo – como pretende demonstrar a seguir – buscará na interpretação dialética uma saída compreensiva para a análise dos elementos sociológicos que compõe as contradições sociais advindas da dinâmica entre as relações de classe e o conflito distributivo.

Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é a compreensão das novas configurações das classes médias brasileiras no capitalismo financeirizado observando tanto a estrutura ocupacional e sua mudança no tempo quanto a sua participação na apropriação do produto econômico socialmente produzido.

Enquanto objetivos específicos buscaremos: i) investigar as metamorfoses no mercado de trabalho das classes médias nos anos 2000; ii) investigar as dinâmicas da distribuição da renda e da apropriação do produto econômico socialmente produzido; iii) interpretar dialeticamente as contradições sociais e os antagonismos inerentes às relações entre as classes sociais a partir da aproximação entre classes sociais x distribuição da renda.

Plano de trabalho e cronograma de execução

Esta pesquisa terá início em 2019 com previsão para sua finalização em 2020, totalizando dois anos de duração.

Dentro do plano conceitual utilizar-se-á da leitura e análise de obras, artigos e banco de dados que tratam dos conceitos de classe social, classe média, estrutura e estratificação social e da distribuição da renda. Pretendemos com isso compreender as contribuições acerca do tema proporcionando um referencial teórico-metodológico que nos auxilie na discussão para o debate das classes médias brasileiras e o conflito distributivo. A investigação dos modelos de estrutura e estratificação social (utilizando obras, artigos e banco de dados) pretende apreender as distintas questões e identificar os modelos sócio-ocupacionais bem como a estratificação das classes médias que nos proporcione um modelo mais adequado para cumprir os objetivos elencados da pesquisa.

Cronograma

Atividades	Meses																							
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
1 - Cumprimento de créditos	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■												
2- Revisão do projeto, bibliográfica e discussão teórica	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■												
3 - Sistematização e análise dos dados						■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■						
4 - Elaboração do relatório de qualificação							■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■						
5 - Redação da qualificação										■	■	■	■	■	■	■	■	■						
6 - Redação da dissertação												■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
7 - Revisão e conclusão da dissertação																		■	■	■	■	■	■	■
8 - Defesa da dissertação																								■

Material e métodos

Para cumprir com os objetivos deste projeto utilizaremos principalmente pesquisa bibliográfica com livros, artigos, revistas tal como bancos de dados variados e etc, de maneira qualitativa e quantitativa e de forma eclética.

i) Basearemos-nos na teoria marxista, tal como aqui apresentada previamente, a definição dos conceitos de classes sociais e das classes médias por entendermos que tal teoria nos possibilita trabalhar com a ideia de conflito social, contradição sistêmica e de luta de classes, o que para os objetivos da pesquisa será de extremo valor no sentido de possibilitar compreender as dinâmicas do conflito distributivo e da apropriação do produto econômico nacional através das próprias contradições da luta de classes. Uma classe social é definida pelo seu lugar no conjunto das práticas sociais (relações políticas e ideológicas) e compreender suas relações é compreender sua determinação

estrutural de classe, no nosso caso, compreender os lugares de dominação e exploração nas práticas de classe das classes médias brasileiras.

ii) Para a análise das mudanças no mercado de trabalho das classes médias utilizaremos os resultados do banco de dados das pesquisas realizadas pela PNAD assim como as informações contidas nos relatórios da RAIZ produzidos durante os anos 2000; já para a realização da análise sobre a desigualdade na distribuição e apropriação da renda, nos anos 2000, utilizaremos dos dados secundários presentes nos estudos recentes de Pedro Ferreira de Souza (2016), Marc Morgan Milá (2015), dentre outros, que se fundamentam na mesma metodologia desenvolvida por Piketty (2015), baseada na análise do Imposto de Renda.

iii) No que diz respeito à compreensão das contradições advindas do conflito distributivo e as dinâmicas das classes sociais, utilizaremos o método da interpretação dialética presente nos estudos de Marx (2008), Fernandes (1972) e Cardoso (1962). Erick Olin Wright (2015) nos possibilitará construir uma análise de classe evidenciando tanto a questão da exploração quanto a de dominação. Assim, se o conceito de exploração nos auxiliará a entender os interesses antagônicos de uma estrutura social determinada, o conceito de dominação nos ajudará a compreender os mecanismos de manutenção da desigualdade social que ocorrem como consequência do conflito distributivo. Acreditamos ser possível, com isso, realizar uma interpretação dialética que nos possibilite compreender tanto as determinações gerais quanto particulares da relação entre distribuição da renda x classe social.

Forma de análise dos resultados

Os resultados da pesquisa serão analisados por meio do desenvolvimento de etapas diferentes de trabalho que giram em torno do aprofundamento da pesquisa bibliográfica, da análise crítica de dados estatísticos passando pela interpretação dialética dos processos histórico-sociais agrupados de forma qualitativa.

i) *Aprofundamento da pesquisa bibliográfica:* a) ampliar e aprofundar a leitura de fontes teóricas sobre as classes sociais a fim de constituirmos uma categorização das classes médias que possam nos auxiliar a cumprir os objetivos propostos em relação ao contexto brasileiro analisado; b) com o intuito de desenvolver uma metodologia que nos possibilite uma aproximação do debate a cerca do conflito entre classes sociais x distribuição/apropriação da renda.

ii) *Análise e crítica de dados estatísticos*: Partindo do conflito distributivo no Brasil entre 2003 e 2016, buscaremos por meio de dados primários, secundários e estudos/pesquisas já realizadas sistematizar e analisar os resultados obtidos a fim de encontrarmos um padrão do conflito distributivo que nos auxilie na tarefa de compreender as contradições advindas deste processo.

iii) *Interpretação dialética dos processos histórico-sociais*: tal processo nos permitirá interpretar sociologicamente as metamorfoses do mercado de trabalho e da relação da distribuição/apropriação da renda por meio de uma perspectiva da totalidade social concreta, ou seja, investigando e interpretando os padrões estruturais bem como sua dinâmica e os resultados de um conjunto de ações e inter-relações sociais desenvolvidas em condições histórico-sociais determinadas e que configuram a sociedade analisada, compreendendo as contradições das transformações estruturais e as condições e os efeitos de sua manifestação, descobrindo, deste modo, as determinações essenciais deste processo.

Referências bibliográficas

- AMORIN, Henrique. A tese do “fim das classes” na sociologia brasileira. In: **38º Encontro Anual da Anpocs**, Grupo de Trabalho 03: As Classes Sociais no Brasil Contemporâneo, 2014.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo, Boitempo, 2002._____;
- BRAGA, R (Orgs.) **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo, Boitempo, 2009
- BASTOS, Pedro Paulo. A economia política do novo desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Revista Economia e Sociedade**, n. 21, 2012.
- BOITO JR., A. Classe média e sindicalismo. **Col. Primeira Versão**, nº 123. Campinas: IFCH, UNICAMP, 2004.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CALLIGARIS, Contardo. **Hello Brasil! E outros ensaios**. Editora: Três Estrelas, 2017.
- CARDOSO, F.H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1962.
- CARDOSO, A.; PRÉTECEILLE, E. Classes Médias no Brasil: Do que se Trata? Qual seu Tamanho? Como Vem Mudando?. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 60, no 4, 2017, pp. 977 a 1023.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis, Vozes, 2003.
- CAVALCANTE, Sávio. Classes médias e o modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista. **Tese de Doutorado**, Unicamp, 2012.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaios sobre neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EDER, K. **A nova política de classes**. Bauru, EDUSC, 2002.
- FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1972.
- FERREIRA DE SOUZA, Paulo H. G. A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. **Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB**, 2016. Disponível em:<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22005/1/2016_PedroHerculanoGuimar%C3%A3esFerreiradeSouza.pdf>. Acesso em: 26/03/2018.
- FIGUEIREDO, Angela. **Classe Média Negra: Trajetórias e Perfis**. Salvador, EDUFBA, 2009.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2007.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle (orgs.). **Origens e Destinos: Desigualdades Sociais ao Longo da Vida**. Rio de Janeiro, TopBooks, 2003.
- LIMA, Diana N. **Sujeitos e Objetos do Sucesso**. Antropologia do Brasil Emergente. Rio de Janeiro, Garamond/Faperj, 2008.
- LOCKWOOD, David. **El trabajador de la clase media**. Madrid: Aguilar, 1962.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Editora Expressão Popular, 2ª ed., São Paulo, 2008.
- MAUSS, Marcel. (2003) Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa e a de “eu”. In: _____. **Sociologia e Antropologia** (pp.369-397). São Paulo, Cosacnaify.
- MEDEIROS, Marcelo; FERREIRA DE SOUZA, Pedro H. G.; CASTRO, Fábio Avelar. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, no 1, 2015, pp. 7 a 36.

- MILÁ, Marc Morgan. Concentração de rendimentos num contexto de Desenvolvimento: Uma Investigação de Principais Ingresso No Brasil usando os registros fiscais, 1933-2013. **Dissertação de Mestrado Escola de Economia de Paris**, 2015. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/349657830/Morgan-Mila-Traducao-2015>> Acesso em: 23/03/2018.
- MILLS, Wright. **A nova classe média (White Collor)**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- NERI, Marcelo C. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro, FGV, 2008.. Disponível em http://www.cps.fgv.br/ibrecps/M3/M3_TextoFinal.pdf. Acessado em fevereiro de 2016.
- OLIVEIRA, Francisco. **O Elo Perdido**. Classe e Identidade de Classe. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.
- ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas?. **Dossiê: As direitas no Brasil**. Ed Perseu Abramo. Nº 11, Ano 7, 2016 – 169 – 180.
- _____. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28/08/2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2017/08/1913912-nova-direita-critica-politicas-que-furam-a-fila.shtml>>. Último Acesso em: 27/06/2018
- POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média? O Trabalho na Base da Pirâmide Social Brasileira**. São Paulo, Boitempo, 2012.
- PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio De Janeiro: Intrínseca, 2015.
- POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- QUADROS, Waldir J. A Nova Classe Média Brasileira: 1950-1980. **Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Economia, Unicamp, Campinas**, 1985. Disponível em file:///C:/Users/acardoso/Downloads/QuadrosWaldirJos%C3%A9de%20(1).pdf. Acessado em fevereiro de 2016.
- _____. O “Milagre Brasileiro” e a Expansão da Nova Classe Média. **Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Unicamp, Campinas**, 1991.
- _____. “A Dinâmica da Classe Média”, in G. Dupas (org.), **Espaços para o Crescimento Sustentado da Economia Brasileira**. São Paulo, Editora Unesp/IEEI, pp. 159-185, 2007.
- _____. 2009 a 2012: heterodoxia impulsiona melhorias sociais. **Texto para discussão**. IE/Unicamp, n. 249, jan. 2015.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SOUZA SANTOS, Boaventura de; MENESES, Maria Paula. **Epistemologia do Sul**. Ed. Almeida S/A, 2009.
- SALLUM JR. Brasília. Classe, Cultura e Ação Coletiva. **Revista Lua Nova**, São Paulo, 65: 11- 42, 2005.
- RIBEIRO, Carlos Antonio C.; SCALON, Celi. “Mobilidade de Classe no Brasil em Perspectiva Comparada”. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol. 44, no 1, pp. 53-96. 2001.
- RIBEIRO, Santiane Arias. O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC. **Tese de Doutorado em Ciência Política**. Campinas: IFCH/Unicamp, 2011.
- SAES, Décio. **Classe Média e Política na Primeira República brasileira (1889 – 1930)**. São Paulo, Ed. Vozes, 1975.
- _____. Classe média e políticas de classe (uma nota teórica). **Contraponto**, n. 2, 1978.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOUZA, Amaury; LAMOUNIER, Bolivar. **A Classe Média Brasileira**. Ambições, Valores e Projetos de Sociedade. Rio de Janeiro, Elsevier; Brasília, CNI, 2010.

SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros**: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora? Belo Horizonte, UFMG Editora, 2010.

TILLY, Charles. Invention, Diffusion, and Transformation of the Social Movement Repertoire. In: **Identities, Boundaries, and Social Ties**. Londres: Paradigm, 2008.

_____. Movimentos Sociais como Política. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

TOURAINE, Alain. **Os novos conflitos sociais**: para evitar mal-entendidos. Lua Nova, n. 17, 1989.

WRIGHT, Eric Olin. **Classe, Crise e o Estado**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

_____. Fundamentos de uma análise de classe neomarxista. In: **Análise de classe**: abordagens, (org) Wright, E.O. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2015.